



A língua, os museus e os espelhos¹ Language, museums and mirrors

Larissa Montagner Cervo²

Resumo: Neste artigo, propomo-nos refletir o *Mundolingua*, um museu parisiense dedicado à língua, às línguas e à linguística, observando o modo como o discurso religioso e o discurso de divulgação científica são confrontados no que tange a explicações sobre a linguagem verbal e a(s) língua(s). Faremos nossa análise em contraponto a algumas considerações sobre o Museu da Língua Portuguesa (São Paulo – SP), em especial, a respeito da presença de espelhos, algo comum a ambos e que produz o efeito de naturalização do sujeito como origem de si. Nossa perspectiva teórico-metodológica é a Análise de Discurso.

Palavras-chave: língua; museu; espelho; origem.

Abstract: In this paper, we will examine the *Mundolingua*, a Parisian museum dedicated to language, languages and linguistics. We will explore how it covers the religious discourse and the scientific dissemination discourse, especially in regard to the explanations of verbal language (s), and language (s). In our analysis, we will offer, as a counterpoint, a few considerations about the Portuguese Language Museum (São Paulo - SP). In particular, we will study the presence of mirrors, which is something that both places have in common. Those mirrors produce the naturalization effect of the subject, as the origin of the self. Our theoretical and methodological perspectives are based on the discourse analysis approach.

Keywords: language; museum; mirror.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada em outubro de 2014, no evento *Laboratórios em Cooperação: Relações entre Brasil e França*, organizado e sediado pelos laboratórios Corpus (UFSM/RS), E-1@adis (USP-Ribeirão) e LAS (UFF/RJ). O texto foi lido na programação desenvolvida na USP-Ribeirão.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – Santa Maria – RS) e professora adjunta do Departamento de Letras Vernáculas da mesma instituição. Pesquisadora do Laboratório Corpus. Endereço profissional: UFSM – Campus Universitário. Avenida Roraima, n. 1000. Prédio 16, Sala 3325A. Bairro Camobi. Santa Maria, RS, Brasil. CEP: 97.105-000. E-mail: laricervo@gmail.com

Considerações iniciais

Neste artigo, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, temos por objetivo refletir sobre o *Mundolingua*³, um museu situado em Paris (França) e dedicado à língua, às línguas e à linguística. Centrando nossa reflexão na organização geral do arquivo deste museu, problematizamos o modo como certas explicações sobre linguagem verbal e língua(s) são trabalhadas, a partir de textos de monitores interativos e da presença de um espelho no interior das instalações. De modo mais específico, refletiremos sobre o confronto entre dois discursos, quais sejam, o discurso religioso e o discurso de divulgação científica, os quais colocam em tensão sentidos discordantes a respeito de origem, estados iniciais e da própria definição de língua e linguagem no interior do arquivo.

A temática da língua em museus interessa-nos em função do nosso percurso de pesquisa e de um estudo anterior (CERVO, 2012) sobre a língua como patrimônio no Museu da Língua Portuguesa (São Paulo – SP). Neste primeiro estudo, observamos que o modo com que o arquivo do Museu da Língua Portuguesa é constituído produz sentidos que corroboram para o imaginário da língua portuguesa no Brasil como uma língua derivada de uma história predominantemente portuguesa e canônica por excelência, a partir da qual as variações são estereotipadas e os sentidos da colonização e das línguas indígenas são deslocados para uma posição marginal, de mera influência no léxico.

Esse engajamento da história e, conseqüentemente, o silenciamento do político na língua, ainda hoje, leva-nos a refletir sobre o quanto o Museu da Língua Portuguesa auxilia-nos, enquanto instrumento linguístico, a pensar a língua portuguesa em sua historicidade constitutiva e nas condições de produção brasileiras. Por essa razão, é inevitável que o nosso gesto de interpretação sobre o *Mundolingua* não seja envolto pelo já-dito sobre o Museu da Língua Portuguesa, uma vez que a prática de determinação histórica e o mal-estar de começos ou de origens é da ordem do repetível no arquivo dos dois museus, o que faz com que a conclusão pareça ser sempre a mesma. Apesar do enfoque mais expressivo no *Mundolingua*, é, então, a nossa história de leitura que motiva a escritura deste texto e que justifica o título língua, museus e algo comum aos dois espaços e que muito nos inquieta, a saber, a presença de espelhos.

³ <http://www.mundolingua.org/>.

Um pouco sobre museu e arquivo

O museu é uma instituição de poder, entre outras, encarregada pela memória de arquivo, aquela definida por Orlandi como a “que as Instituições (Escola, Museu, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado” (2006, s/p). Sua razão sócio-histórica encontra seu mais importante fundamento no fato de que não revivemos nossas memórias o tempo todo, já que nossa memória é esburacada, tal como nos ensina Pêcheux (1999). Assim, nós precisamos de suportes de memória que se prestem à ‘vigilância’ das nossas lembranças para que elas não sejam esquecidas, perdendo-se no tempo. Nora (1997) conceitua tais suportes como lugares de memória, lugares que constituem arquivo, aqui entendido como o conjunto de objetos simbólicos que significam pelos conteúdos imaginários daquilo que guardam e que, tão somente, ressignificam enunciados já-ditos, a partir de uma interpretação do passado que encaminha para o presente e para o futuro. Em outras palavras, lugares cujo mote de significação parte de uma *vontade de memória* (Ibid.), memória esta na qual os lugares de memória se inscrevem para se constituir e em relação à qual também promovem uma dada naturalização no nosso cotidiano, muito embora os lugares de memória não parem o tempo, tampouco, como afirma o autor (Ibid.), fixem um estado de coisas.

Em relação ao arquivo, entendemos que a prática de constituição destes em museus é também uma prática que corrobora com o processo de *temporalização da memória coletiva, de regência do passado* (ROBIN, 1989) em relação ao presente e ao futuro. Em museus, buscamos *coisas-a-saber*, noção que aqui abrange histórias, imagens, provas materiais, personagens principais, referências e testemunhos afins que, via arquivo, inventariam nossa história, ancorando-nos no espaço-tempo de nossa constituição cidadã. Por essa razão, nem todo tema histórico ou objeto simbólico é passível de se transformar em objeto de museu, apenas aqueles legitimados em termos de memória histórica e coletiva. Tais objetos são apontados por Teixeira Coelho (2004) como pontos altos de uma cultura, e uma vez organizados e disponibilizados em exposições que contam histórias sobre determinadas memórias, passam a fazer parte de um processo de *politização de lembranças* (CHAGAS, 2002), processo este em que o arquivo significa como fronteira política e material do que lembrar e do que esquecer.

A questão do arquivo é essencial para pensarmos o processo de constituição de um museu. Uma definição que consideramos elucidativa é a seguinte:

Todo arquivo responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, e através delas, de gestão de memória de uma sociedade. Enquanto tal, todo arquivo é resultado de um cruzamento de diversos procedimentos de identificação dos documentos que o compõem, seja através das datas, disciplinas, temas e/ou nomes próprios (de lugar, de autor, de obra, de instituição), que os alocam dentro de uma ou mais séries arquivísticas (ZOPPI FONTANA, 2005, p. 97).

Na Análise de Discurso, o arquivo é definido por Pêcheux (1997 [1994], p. 57) como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. O conceito remete a um campo discursivo de documentos reunidos e organizados por uma filiação de memória, os quais são lidos, segundo Zoppi Fontana (2005), por um efeito de fechamento, de congelamento e de escritura no tempo que se realiza na/pela materialidade da língua, inscrição esta que, para nós, significa o arquivo tanto sujeito à interpretação quanto resultado de uma interpretação.

O arquivo é uma discursividade produzida a partir de uma leitura feita no limiar da memória institucional e dos efeitos da memória produzidos pelo interdiscurso, resultando em estabilidade ou em deslocamento de sentidos (ORLANDI, 2003 [1999]). Sendo um campo organizado de/da leitura do legível em relação ao próprio legível, ele se relaciona com a memória discursiva entendida como *princípio de legibilidade dos enunciados* (cf. ZOPPI FONTANA, 2005), contudo distancia-se dela em uma perspectiva conceitual: “[...] o arquivo, à diferença da memória discursiva, estrutura-se pelo não-esquecimento, pela presença, pelo acúmulo, pelo efeito de completude. E, também, pela autoria em relação a práticas de escrita, de legitimação, de documentação, de indexação, de catalogação, de permanência, de acessibilidade” (Ibid., p. 97). Como efeito de uma interpretação e em sendo presença e não esquecimento, organização e não dispersão, o arquivo “desconhece um seu exterior, [...] apaga a referência a discursos outros, [...] se concentra sobre si mesmo, estabelecendo uma rede interna de citações datadas, de referências intertextuais precisas, que produzem um efeito de completude [...]” (Ibid., p. 98).

O arquivo é resultado de um trabalho de leitura, reunião e ordenamento de documentos de diversas ordens (públicas ou privadas), práticas essas que funcionam sempre em relação ao silenciamento do que não foi escolhido, ao gesto de interpretação que dá contorno à organização dos elementos e à construção da narrativa. Também, ao efeito de completude que se constitui nesta organização, haja vista que o arquivo cria a ilusão de que os elementos necessários para a ‘reconstituição’ de uma memória estariam ali presentes e reunidos em sua força simbólica. Organizar o que é disperso,

linearizando, sob um efeito de verdade e de completude, é uma prática política e de poder sobre a memória, porque a montagem do arquivo sempre é uma decisão entre o quê, como e por quais meios contar uma história sobre uma memória, e este não é um processo automático e técnico tão somente. É, precisamente, algo da ordem do político.

A língua, os museus e o mal-estar dos começos e das origens

Em geral, a prática de musealização de línguas tem se apresentado como alternativa de instrumentalização de línguas imaginárias, em prol de processos de construção de identidades e territórios nacionais ou de rememoração e ressignificação dessas identidades. Casos como o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, o *Afrikaanse Taalmuseum* e o *Afrikaanse Taalmonument*⁴, respectivamente, museu e monumento dedicados à língua africâner, em Paarl, na África do Sul, demonstram, em suas diferentes condições de produção, uma mesma busca por uma comemoração de identidade cidadã e de naturalização e determinação de origens não só das línguas, mas também dos sujeitos que as falam.

Nesse ínterim, o mal-estar dos começos ou das origens se faz presente, porque, como vimos, é da ordem do arquivo o efeito de naturalização dos sentidos e de determinação de fronteiras simbólicas. Com a tridimensionalidade do tempo no interior de museus, narra-se o caminho de onde se vem e o caminho para onde se deve seguir, processo este tomado por sentidos de responsabilização. No entanto, não só pelas especificidades do arquivo como também pelas especificidades da língua, o gesto de leitura da história é sempre um gesto político que resulta em versões e que parcela em fatos e dados não só a historicidade das línguas, como também de sua constituição sócio-histórica, tornando singulares histórias e acontecimentos que podem e, muitas vezes, são plurais e que não necessariamente carecem ou dispõem de precisão.

Auroux (2008) afirma que línguas são seres históricos cujos começos não podem ser necessariamente precisados, sendo as datações contingências da história que se referem apenas aos fatos. Para além disso, consideramos também que línguas têm modos de significação no real que se dividem em corpo pleno e acontecimento no mundo (ORLANDI, 2009). Isso implica que constituir arquivo, nessas condições de produção relacionadas a museus, possa significar uma disputa de poder em relação a imaginários sociais dos sujeitos e dos grupos em relação à língua que falam, disputa

⁴ Brevemente descritos e estudados em Cervo (2012). Site de acesso ao museu: [/www.taalmuseum.co.za](http://www.taalmuseum.co.za).

essa que muito contribui para refletirmos sobre os meios e modos de historicização das línguas no campo da História das Ideias Linguísticas, mas que, talvez, muito pouco acrescente para a relação que os sujeitos exercem, de fato, com sua língua, pelo tratamento, muitas vezes, distorcido de certos sentidos ou pelo enfoque a questões residuais ou pouco interessantes às nossas práticas cotidianas.

No caso do Museu da Língua Portuguesa, cujo arquivo inscreve-se na problemática da nossa “origem” de país colonizado, a perspectiva da musealização e de instrumentalização tem sido lida pelo viés da descolonização⁵, definida por Orlandi como a necessidade, em países colonizados, “de instrumentos teóricos diferenciados” que apreendam “os efeitos de sentidos produzidos nessa relação entre conhecimento e imaginário, para compreendermos o que afinal é esta questão de origem” (2009, p. 156). Para a autora, essa necessidade decorre da história linguística dos países colonizados, o que, no nosso gesto de interpretação, poderia ser entendido como a demanda de um modo outro de contar essa história, dizendo por si mesmo, e não mais pela voz do outro.

Em análise do arquivo do Museu da Língua Portuguesa, observamos que a organização do arquivo do Museu da Língua Portuguesa volta-se para a etimologia, a literatura dos cânones e a sociolinguística, a fim de dar sustentabilidade ao inventário e à catalogação da língua portuguesa e das variações que são admitidas no interior de um determinado imaginário dessa língua. Neste museu, a falta ou a estereotipação do fluído e do plural, somadas à questão da língua indígena como um apêndice, indicam que dessa tensão resulta uma língua, a língua portuguesa no museu como uma língua no singular, uma língua de raiz latina, princípio estético e função normativa.

Estar no singular significa ter o político silenciado em favor de um projeto idealizado e unificante que apaga a disjunção necessária de nossa memória plural, derivada da nossa condição de país colonizado (cf. ORLANDI, 2009). Consequentemente, afeta o imaginário do nosso ser sujeito pela língua que falamos, ao produzir efeitos de sentido que, muitas vezes, destoam das nossas práticas cotidianas e que pouco movimentam sentidos outros - que não os já instados como oficiais - para a reflexão sobre a língua portuguesa no espaço de enunciação brasileiro. Nesse processo de historização da língua portuguesa, afinal, o quanto o museu repete e quanto ele desloca em relação aos ‘ecos da colonização’ para, então, produzir sentidos nesse movimento de descolonização e do dizer sobre nós e por nós, brasileiros?

⁵ A relação do Museu da Língua Portuguesa com a noção de descolonização é discutida em Baldini (2013).

Com o *Mundolingua*, o engodo da determinação de sentidos sobre começos e origens se repete, com a diferença de que a tessitura do imaginário de origem e naturalização da identidade pela língua, nesse caso, vai passar do estatuto de uma língua em específico para um projeto ousado sobre o estatuto da linguagem verbal tomada em sentido amplo. O *Mundolingua* é uma espécie de livro didático e ilustrado sobre a natureza da linguagem verbal e sobre a sua materialização em diferentes línguas, livro esse composto por discursos da ordem do religioso e da divulgação científica, os quais são expostos ao visitante – por vezes, banalizados – como forma de explicação sobre questões de origem, unidade e variação.

Localizado no anexo da igreja *Saint-Sulpice*, em Paris, o museu é organizado em dois andares e cinco seções denominadas continentes. No primeiro andar, encontramos dois Continentes: *Linguagem e Brincar com as palavras*. O espaço expositivo mescla formas de representação diversas com monitores interativos, cujos textos são disponibilizados em seis línguas: inglês, espanhol, francês, russo, chinês e árabe. Os temas predominantes constituem uma forma de explicar ao visitante a constituição da linguagem verbal como o que singulariza a espécie humana: o que é a língua, o que é a linguagem verbal, os sons da linguagem, a aquisição da linguagem verbal, a aquisição de segunda língua, por que as variações linguísticas ocorrem, como se estrutura o alfabeto fonético internacional, qual a diferença entre linguagem verbal e linguagem não humana, entre outros assuntos correlatos. Nas definições apresentadas nesses setores, o que chama a atenção é a recorrência ao dizer do outro, à heterogeneidade mostrada (cf. conceito de AUTHIER-REVUZ, 2004), a qual inscreve sentidos de cientificidade ao discurso de divulgação.

No subsolo, situam-se os outros três continentes: *Línguas, Brincar com as palavras e Novas Tecnologias e Linguística*. A organização do espaço é a mesma e os temas desses setores são línguas inventadas, provérbios, linguagens criptografadas, humor, línguas do mundo, línguas em perigo, Braille, linguagem e sociedade. Além desses tópicos, outros que remetem à tese da origem divina da linguagem estão presentes, como línguas e religião, escrituras do mundo, línguas sagradas, entre outros que se destacam desde a escadaria de acesso ao subsolo pelo fato de serem introduzidos por molduras de diferentes trabalhos artísticos sobre a Torre de Babel, representativa do mito da origem da linguagem e das línguas oriunda do discurso bíblico. Em termos de formulação discursiva, nesse segundo grande setor expositivo a heterogeneidade

mostrada não se silencia por completo, mas é largamente substituída por um discurso didático⁶ que funciona, no arquivo, em paralelo com um discurso religioso.

Para a análise, centraremos nosso gesto de interpretação sobre esse imaginário da natureza da linguagem verbal a partir de duas interpretações: uma oriunda do discurso religioso e outra oriunda do discurso de divulgação científica em circulação no museu. De modo mais específico, confrontaremos textualidades que são divulgadas nos monitores do *Mundolingua* e que significam como modos de dizer a respeito da linguagem verbal e das línguas.

No livro **Língua brasileira e outras histórias** (2009), Orlandi discorre sobre a disputa de poder entre os imaginários da origem da língua oriundos da ciência e da religião. Trata-se, segundo a autora (Ibid.), de instâncias de saber que se valem de diferentes formas de conhecimento para se constituir e que sempre conflitaram explicações sobre o início e o fim de tudo, o que, em termos de explicações sobre a língua, residiria no confronto entre unidade e diversidade, correlatos à pureza e à degradação. Em se tratando da Linguística, Auroux (2008) explica que, para se permitir a delimitação de seu objeto, tal ciência deixou de lado questões correlacionais como aquelas voltadas à origem, à essência e à universalidade das línguas para se voltar exclusivamente ao estudo positivista das línguas nas e por elas mesmas. Esse movimento, segundo o autor, era necessário, na história da disciplina, para que ela exercesse pelo menos uma pretensa autonomia. No entanto, ainda que positiva para a constituição de um campo disciplinar, a tomada de posição da Linguística não silenciou interesses anteriores que redundam sobre questões ligadas à origem e à natureza da linguagem, como é o caso do discurso bíblico em funcionamento no mundo ocidental cristão, discurso esse que encontra lugar profícuo no *Mundolingua* pelo diálogo que, inexoravelmente, os museus estabelecem com os territórios dos quais fazem parte (CRIPPA, 2013).

Se no âmbito da Linguística não é tarefa do linguista fornecer verdades absolutas, até porque, no caso do imaginário das origens, isso implicaria a construção do que seria a língua primitiva (AUROUX, 2008) e o acesso ao funcionamento da mente, no âmbito do religioso a resposta para a questão é da ordem do mito e encontra-se registrada em forma de narrativa: na teoria divina, uma primeira língua seria a

⁶ Pontuo essa diferença entre o discurso de divulgação científica e o discurso didático a partir da leitura que Horta Nunes (2013) faz do Museu da Língua Portuguesa a partir do texto de Authier-Revuz (2004), leitura essa que entendo ser válida também para o *Mundolingua*.

adâmica, a que Deus concedeu a Adão para que fossem dados nomes às coisas; em seguida, com a construção de Babel pelos descendentes de Noé, Deus castiga os homens pela soberba de construir uma torre tão alta que não os dispersasse na terra. O castigo nada mais é do que espalhar esses homens por toda a Terra e fazê-los falar diferentes línguas, para que não mais se entendessem. Auroux (2008, p. 17-8) explica que, nesse discurso bíblico, “a causa do nascimento da linguagem [...] não é a mesma que a da diferenciação das línguas [...]. A relação da língua original com as línguas diferenciadas é representada sob o único traço da confusão, sem que seja evocada a questão de eventuais semelhanças. A partir dos filhos de Noé, a sequência das línguas e dos povos confunde-se com a questão das descendências”. A partir dessa formulação, entendemos como o discurso religioso, em sua constituição mitológica e histórica, resolve o problema da primeira língua a partir do poder de Deus.

Esse mito da origem está representado em mais de uma moldura sobre a torre de babel no interior do *Mundolingua*, no entanto, nos monitores interativos, o que se coloca sobre a relação entre linguagem e religião é apenas o seguinte:

Los idiomas y la iglesia
El vínculo entre idioma y iglesia a veces no es evidente, sin embargo esta institución es muy a menudo la base de estudios de idiomas.

Nessa formulação, ao se sugerir uma opacidade que não deixar ver a relação entre a língua e a igreja como evidente, somos levados a considerar uma saturação de sentidos presente nesse imaginário de origem, o que transborda o equívoco significado na própria formulação discursiva. Se há algo que nem sempre é devidamente visto, também há algo que, portanto, deveria ser reafirmado. No entanto, o já-dito, qual seja, a tese da origem divina da linguagem, é silenciado em favor de um efeito de obviedade que funciona no gesto mesmo de, ao nada ou muito pouco se dizer, fazer significar algo que já foi dito ou que não precisa mais ser dito por já ser institucionalizado, em um processo de interpelação que joga com sentidos do saber crer: ao sujeito que sabe e que crê, certas explicações não precisam ser dadas. Além disso, a esse sujeito detentor, o acesso ao saber não se dá por meio de divulgação.

Esse funcionamento a partir do qual a tese da natureza da linguagem funciona como interdito instiga-nos diferentes possibilidades de interpretação: por um lado, atribuímos um gesto de leitura ao que está silenciado como uma forma de opacificação que tira da evidência o que não dispõe de fundamentação plausível e que corre o risco de ser facilmente questionado. Por outro, considerando-se que a organização expositiva

do setor encaminha-nos para o universo da palavra de Deus, a partir de inúmeras gravuras bíblicas, bíblias, representações da relação língua sagrada, entre outras formas de materialização cujos efeitos de sentido jogam em favor do princípio da determinação cristã⁷ do sujeito e do sentido, entendemos que o silenciamento funciona como efeito de assujeitamento, a partir do qual ressoam sentidos de que o acesso ao saber passa necessariamente pela submissão a Deus e à necessidade de sua interiorização.

Já em se tratando do discurso de divulgação científica, cuja heterogeneidade mostrada inscreve sentidos de cientificidade no dizer, os efeitos de obviedade e de evidência pressupostos no discurso religioso são substituídos por efeitos de certeza significados no/pelo gesto mesmo de descrição e definição. Diferentemente de uma palavra única e totalizante como a de Deus, as textualizações que definem língua e linguagem são trabalhadas a partir da perspectiva de versão, possibilidade essa, de fato, inerente à prática científica. No primeiro monitor do museu, cinco diferentes posicionamentos a respeito de língua e linguagem se mesclam:

¿Qué es el idioma?

“Lenguaje”: 1. Método de *comunicación humana*, ya sea hablado o escrito, que consiste en el uso de palabras de manera estructurada o convencional. 2. *Sistema de comunicación* utilizado por un país o una comunidad en particular. (Diccionario Ingles, Oxford).

“Lenguaje es una facultad puramente humana y un método *no instintivo* que permite *comunicar* ideas, emociones y deseos por medio de símbolos *producidos voluntariamente*” (Edward Sapir, Idioma: Introducción al estudio del habla, Harcourt, Brace and Company, 1921).

“De ahora en adelante voy a considerar un lenguaje como un *conjunto (finito o infinito) de oraciones*, cada una de longitud finita y construida a partir de un conjunto finito de elementos” (Noam Chomsky, Estructuras Sintácticas, 1957).

“Podemos definir el lenguaje como un *sistema de comunicación* que utiliza sonidos o símbolos para expresar nuestros sentimientos, pensamientos, ideas y experiencias” (E. Bruce Goldstein, Psicología Cognitiva: Conexión Mind, la investigación y la experiencia humana, 2nd ed. Thomson, 2008).

“Una lengua se compone de símbolos que *transmiten* significado, *además de reglas de combinación de esos símbolos que pueden ser utilizados para generar una infinita variedad de mensajes*” (Wayne Weiten, Psicología: Temas y Variaciones: 7ª ed. Thomson Wadsworth, 2007).

[grifos nossos]

Em um primeiro gesto de interpretação, observando essas definições no conjunto, algumas características gerais podem ser subtraídas, sendo algumas delas recorrentes e, algumas, discordantes, se as tomarmos em suas condições de produção

⁷ Na sequência dessa formulação, o que encontramos nos mesmos monitores é apenas a contribuição das igrejas para a propagação das línguas no mundo e para a divulgação de valores ocidentais, a partir de projetos como o SIL. Embora tida como positiva em termos do trabalho da igreja e da catequização, a prática de catequização e de missionários é também considerada, no fio do discurso, como controversa em se tratando da intervenção cultural que é praticada.

específicas: a linguagem é um sistema ou um meio de comunicação (Sapir, Dicionário, Goldstein); a linguagem transmite e expressa (Goldstein, Weiten – e, talvez, também Sapir, se buscarmos, no interdiscurso, a ideia de que a língua falada por um grupo é aquilo que veicula os pensamentos, a partir do ensejo da questão do cultural na linguagem); a língua é um conjunto finito que produz em direção ao infinito (Chomsky, Weiten); e a língua não é algo instintivo, e sim um método que se constitui de símbolos produzidos de modo voluntário (Sapir – cultural – a linguagem interpenetra a experiência, determinando o pensamento).

Em um segundo momento, tentando fazer dialogar esses levantamentos, transborda a tensão inscrita no processo de agrupamento de versões e de definições sobre língua e linguagem. Por exemplo, se recuperarmos as relações entre a Linguística e a Psicologia e o fortalecimento dessas relações a partir da publicação do trabalho de Chomsky nos anos 50, poderíamos, talvez, compreender o processo de filiação de memória que significa no dizer de Weine, quando o autor trata de regras de combinação e de variedade infinita de mensagens, como uma formulação que atualiza sentidos inscritos em uma definição chomskyana de língua como sistema finito de regras formais. No entanto, se colocarmos em relação Chomsky e Sapir, o que observaremos é uma contradição entre o universalismo, a partir do qual todas as línguas teriam formalmente propriedades comuns, abarcadas pela gramática universal, e o relativismo, que pressupõe não podermos trabalhar cegamente com o princípio da universalidade, haja vista a questão cultural que se interpõe na constituição de diferentes línguas - muito embora a aceitação de Sapir a respeito de certas propriedades formais comuns às línguas. A ideia da contradição é interessante porque ela significa, inclusive, na própria prática de tradução dos textos de divulgação apresentados nos monitores: com a tese de que se pensa diferente em diferentes culturas (ORLANDI, 2009), em sua época histórica Sapir provocou uma ampla discussão sobre a possibilidade de tradução, algo que o museu atualiza como não conflitante no momento mesmo em que didatiza em seis línguas uma gama de informações a respeito de linguagem e de língua, esteja tratando-se de língua gramatizada, inventada, sagrada ou mágica. Em outras palavras, muito embora a própria recorrência do museu à definição de língua por Sapir, a questão da significação e da tradução parece ser pacificamente resolvida no interior do arquivo.

Saindo um pouco da especificidade dessas citações, a tensão e a contradição que podem ser observadas no conjunto de definições instigam-nos a questionar o modo como o museu não define língua e linguagem no gesto mesmo de defini-las a partir de

vozes que inscrevem sentidos de autoridade(zação) ao dizer. Em primeiro lugar, considerando que os museus são instituições cidadãs e que se assentam na máxima ‘para todos’, chama a atenção a possibilidade das diferentes leituras que podem ser feitas, tornando ou evidentes ou opacas as relações conflitantes entre as diferentes vozes significadas no discurso. É fato que predominam sentidos de língua e linguagem como o que comunica, transmite e expressa, mas essa sobredeterminação de sentidos não tem o poder de, por si só, apagar as condições de produção mesma em que cada um dos dizeres se inscreve e significa.

Em segundo lugar, apesar de as definições no plural remeterem à heterogeneidade própria ao discurso da ciência, a partir da qual se recorre ao outro para o estabelecimento de diálogo, a variação encaminha à dispersão. Nessas condições de produção em específico, em que o discurso de divulgação se coloca ao lado do discurso religioso e da determinação e onipotência de Deus, a dispersão pode significar também, além de algo inerente ao discursivo, como desentendimento e confusão, o que resultaria em um gesto de leitura da ciência das línguas e da linguagem e do sujeito da ciência como o próprio da confusão operada pela diversidade linguística dada como castigo aos homens. Nesse ínterim, em lugar de a obscuridade se fixar no próprio mito do qual ela faz parte, ela acabaria por significar no discurso daqueles que se constituem na posição de quem tem autoridade para produzir conhecimento, o que, de certo modo, os desautorizaria no gesto mesmo de divulgação de suas ideias. Trabalhar com um conjunto de explicações, nesse caso, seria um modo de expor a Linguística como uma ciência que apresenta hipóteses, e não teses e respostas definitivas, o que a colocaria em posição desfavorável em relação ao discurso religioso, cuja pretensão de transparência e clareza são trabalhados de modo a se sobrepor à obscuridade própria e inerente ao mito.

De um lado, o arquivo produz um efeito de verdade universal, sustentado pela voz única, totalizante e arbitrária de Deus, voz essa que ora cala, ora fala em diferentes pontos da exposição, como forma de significar as formas de acesso ao saber e ao próprio imaginário da palavra de Deus como aquilo que precisa ser internalizado para que seja evocado. De outro, na contramão do assujeitamento a Deus, várias vozes que significam em relações de tensão entre si e entre os efeitos de verdade dos quais se revestem para significar, o que traz à tona o equívoco próprio ao objeto mesmo da definição: nem língua nem linguagem podem ser tomados como conceitos totalizantes ou unificadores. Além disso, no caso da universalização, como a-históricos, dissociados da relação necessária que exercem com o sujeito e com o mundo, de tal modo que

explicações inscritas na perspectiva do universal são apenas formas abrangentes de reduzir o que não pode ser nem é limitado.

Assim é que, no *Mundolingua*, a perspectiva da natureza faz funcionar a contradição no interior do arquivo, silenciando a falta de fecundidade científica do próprio tema em pauta para dar lugar a um jogo de poder: tratar de questões de origem para tentar explicar a natureza é apenas um pretensioso modo de tentar determinar um ponto nada linear na linha do tempo, a partir de sentidos que saturam a própria incompletude da história. E no entremeio desses arranjos, resta, inerte, mais uma vez, a historicidade das línguas, como algo, ainda, não historicizado por museus.

A problemática dos espelhos

Lá onde o fato histórico falha, a via genética podia ser a única resposta, afirma Auroux (2008). Conforme o autor, temporalmente, é a teoria do inatismo a substituta natural da teoria da linguagem divina. Ao fazer essa observação, Auroux (Ibid.) refere-se a pensadores do século XIX⁸ que vão produzir interpretações outras em relação a pressupostos teóricos do século XVIII. No século XIX, um dos grandes representantes da teoria é Chomsky, cuja referência marca, para Auroux, um retorno à perspectiva do transcendentalismo a partir dos universais linguísticos.

No campo do inatismo, a naturalização se dá como fundamento biológico, o que reduz a linguagem a um subproduto da inteligência humana e, ao mesmo tempo, tira a autonomia do sujeito, cuja criatividade não é uma construção das práticas sociais na e pela história, mas resultado de natureza produtiva (AUROUX, 2008). Em outras palavras, a questão biológica não deixa de dar a entender que continua não sendo o homem que faz, pois é a natureza que o possibilita. Além disso, por meio dela retoma-se o estudo da gênese como o estado inicial das línguas, mas a grande prova de que as questões de origem não tem fecundidade científica é a própria questão de aquisição: o inatismo resolve o estado inicial com a tese da pré-disposição para a aprendizagem, mas a verdade é que ninguém fala nem aprende sem que lhe seja ensinado (Ibid.).

Teoria do inatismo e teoria divina, são, no interior de seus próprios campos de conhecimento, teorias inscritas no princípio da universalidade. Em uma ou em outra, o geral que se particulariza e se desdobra em línguas no plural conserva uma natureza comum que toma forma em diferentes línguas, seja por uma gramática universal como formula Chomsky, seja por obra divina. Nesse processo de desdobramento, a

⁸ A exemplo de Humboldt, Steinthal, Heise e Renan, entre outros (AUROUX, 2008, p. 42, nota 71).

diversidade e o multilinguismo seriam ou apagados ou tomados como degradação. Esse entendimento, antes de se constituir como uma explicação plausível do arranjo de sentidos operado pelo *Mundolingua*, encaminha-nos a uma teoria de subjetivação do sujeito pela via da determinação, a qual penderia muito mais para uma ‘fatalidade mecânica’ (cf. ORLANDI, 2001) do que para processo sócio-histórico.

A respeito da proposição chomskyana, se a linguagem fosse um órgão mental, afirmam Gadet e Pêcheux (2004, p. 208) que “ela seria condenada – enquanto o Estado não desaparecesse – a ser apenas uma peça lógica da atual máquina de Estado, uma incrustação específica de seu poder, inexoravelmente instalada na máquina de nossas cabeças”. De outro modo, se a linguagem fosse obra divina, ela sempre estaria a serviço de Deus e da salvação da alma, o que justificaria, no caso de nossa análise do *Mundolingua*, por exemplo, a definição de língua sagrada como uma língua que transcende a ordem humana e a ordem das línguas vernaculares, o que apresentamos a seguir apenas a título de ilustração (Imagem 1):



Imagem 1 – Definição de Língua Sagrada no *Mundolingua*. Fonte: Arquivo pessoal.

O efeito de universalidade é construído no gesto de silenciamento do político, pela anulação e absorção das diferenças em prol de um núcleo comum. Com a universalização, tira-se a falha e o equívoco da ordem da língua e, portanto, a inscrição na história e a relação com o sujeito para significar. Em relação ao nosso interesse por museus, é, mais uma vez, no apagamento da história que reencontramos o espelho, desta vez como uma instalação anexa a um painel (Imagem 2) representativo da anatomia da cabeça humana. O painel ilustra um produto ao mesmo tempo da ciência, pela representação, e da natureza, por aquilo que é da ordem do biológico e, também, do cognitivo, se considerarmos que, na altura do cérebro, encontra-se um espelho, que permite ao sujeito se ver como reflexo da mente.



Imagem 2 – Instalação no andar de entrada do *Mundolingua*. Fonte: Arquivo pessoal.

Recentemente produzimos uma análise (CERVO, 2014) a respeito da *Linha do Tempo* (Imagem 3), um setor do Museu da Língua Portuguesa que apresenta cronologicamente a evolução dessa língua, desde os primeiros relatos de sua origem até o seu desenvolvimento no espaço de enunciação brasileiro, terminando em um espelho, relativo aos anos 2000. No nosso gesto de interpretação, a história da origem e do passado da língua é contada a partir do já-dito pelos instrumentos linguísticos; já a história do tempo presente e a projeção de futuro se constrói a partir da ideia de que é o sujeito o responsável pela evolução. Pensando na questão da temporalidade das línguas, é sabido que o tempo de uma língua não é necessariamente o tempo do ser humano; ela pode ultrapassá-lo, mas a ideia do espelho é a de que todos se sintam parte da história, a partir das práticas do tempo presente.



Imagem 3 – Instalação do Museu da Língua Portuguesa. Fonte: Arquivo Pessoal.

Nos museus, como temos afirmado (CERVO, 2012), o espelho reflete a forma material da guarda, constituindo-se no modo como os museus têm simbolizado a responsabilidade pela preservação, alternativa profícua diante da falta física dos bens tangíveis. Já para Nunes (2013), em estudo também a respeito do espelho no Museu da Língua Portuguesa, olhar-se para o espelho é outra forma de individuação do sujeito com o Estado. Nessa individuação, o sujeito assume sua forma-sujeito histórica, de direitos e deveres, bem como exerce o imaginário de origem de si.

Mas, afinal, o que é o espelho? O espelho é uma placa que retém um raio, sem o absorver e sem o espalhar. O que ele reproduz e reflete é o que é patenteado aos nossos olhos. Se, com a reflexão de Henry (1992) a respeito do buquê invertido e do espelho esférico, as diferenças entre as imagens refletidas nos serviram para mostrar que o sujeito nunca pode ser reduzido a si mesmo como neutro, uma vez que a neutralidade e a objetividade são representações que o sujeito têm do real em si e que partem das distintas posições-sujeito assumidas ao longo da história, no espelho plano o que vemos é uma imagem direta, que não cria efeitos distoantes, mas que, mesmo assim, mascara a constituição do sujeito como afetado pelo real e pelo ideológico. A imagem do espelho é uma evidência da identidade que não mascara o fato de que esta resulta de processos de identificação-interpelação (ORLANDI, 2001) e de que somos um constructo de representações, construído no/pelo trânsito por entre diferentes posições-sujeito na e pela história.

Quanto mais centrado, quanto mais cego e preso à ilusão da obviedade, mas certeza se tem de que nem língua nem sentido podem ser falhos (Ibid.). O sujeito, na frente do espelho, vendo-se refletido no lugar do cérebro, vê-se no comando, como origem de si, em uma relação transparente com o pensamento, tal qual o imaginário como efeito do arquivo do *Mundolingua*. Sujeito sempre assujeitado a um obscuro funcionamento de sua natureza, funcionamento esse do qual ele se constitui, mas que ele não acessa.

Considerações finais

Dois museus, dois arquivos, a língua como objeto histórico, o recurso do espelho e uma mesma matriz de sentido que redundam em uma mesma confusão sobre a temática de origens. E a historicidade das línguas, nessas condições de produção e no interior dos arquivos, persistindo em posição marginal.

Orlandi (2009) afirma que as indagações sobre as origens podem ter caráter operatório na teorização da língua, funcionando no quadro teórico da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas pela via do conceito de arquivo. E sim, elas contribuem para estes campos do conhecimento, mas é também por meio deles que sabemos que, enquanto os museus resistem e insistem no meio do burburinho, do tumulto, da multidão e do silêncio, as línguas vão acontecendo, em sua unidade e em sua variação, em sua ordem e desordem, em estado de segunda-feira e estado de domingo, comportadas e descomportadas, escabeladas e bem arrumadas, sem se olhar no espelho⁹. Em outras palavras, há sentidos sobre as línguas que, talvez, jamais poderão ser apreendidos por museus.

Iniciando o prefácio da obra **Análise do Discurso Político**, de Jean-Jacques Courtine, Pêcheux (2009 [1981], p. 21) cita a seguinte epígrafe: “Estou convencido de que, se não víssemos as pessoas movimentarem os lábios, não saberíamos quem fala em uma sociedade, tampouco saberíamos qual é o objeto real em uma sala de espelhos” (G.C. Lichtemberg). Parafraseando Pêcheux, para sair da imbecilidade, já é hora de quebrar os espelhos. Quebrando-os, podemos começar a nos fazer outras perguntas a respeito de como esses museus significam e do que querem e podem ‘dizer’ sobre língua para nós.

Referências

- AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguidos de a historicidade das ciências**. Traduzido por M. P. G. Joanilho. Campinas: RG, 2008. p. 15-122.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Traduzido por M. Teixeira e V. do N. Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 7-81.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. O que nos une é o que nos separa. **Letras**, v. 23, n. 46, Santa Maria/RS, jan.-jun.2013, p. 189-202.
- CERVO, Larissa Montagner. **Língua, patrimônio nosso**. 199f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, Brasil: UFSM.
- _____. O tempo da língua ou a língua no tempo? Considerações sobre língua, história e memória. **Letras**, v. 24, n. 48, Santa Maria/RS, jan.-jun.2014, p. 211-225.
- CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**. Museu e Políticas da Memória. n. 19. Centro de Estudos de Sociomuseologia, ULHT, Lisboa - Portugal, 2002, p. 35-68.

⁹ Aqui, parafraseamos Scherer e Romão, quando as autoras tratam da “língua em estado de domingo, descomportada e descabelada, sem se olhar no espelho” (2013, p. 350).

- CRIPPA, Giulia. Museus e linguagem: uma análise semiótica das interações entre cidade e museus. **Letras**, v. 23, n. 46, Santa Maria/RS, jan.-jun.2013, p. 133-152.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Traduzido por B. Mariani; M. E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Traduzido por Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 155-192.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: _____ (org.). **Les lieux de mémoire**. Tomo I. Paris, France: Gallimard, 1997.
- NUNES, José Horta. Museu da Língua Portuguesa: instituição e discurso didático. **Letras**, v. 23, n. 46, Santa Maria/RS, jan.-jun.2013, p. 203-224.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Fontes, 2001.
- _____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003 [1999].
- _____. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. Entrevista realizada pela Prof.^a Dr. Raquel Goulart Barreto – UERJ. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 07, n. 13-14, jan.-dez., 2006. Disponível em: < <http://espacolinguisticouems.wordpress.com/2009/08/25/entrevista-2-profa-dra-eni-p-orlandi/>>. Acesso em: 25.out.2014.
- _____. **Língua brasileira e outras histórias**. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: RG, 2009.
- PECHÊUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. Traduzido por M.G.L.M. do Amaral. In: ORLANDI, Eni P. [et.al.] (org.). **Gestos de leitura**. Da história no discurso. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997 [1994].
- _____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et.al.]. **Papel da memória**. Traduzido por J.H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. O estranho espelho da análise de discurso. Prefácio. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Traduzido por C. de C. V. Birck et.al. São Carlos: EdUFSCAR, 2009 [1981].
- ROBIN, Régine. **Extrait du roman mémoriel**. Montreal: Le Préambule, 1989. Disponível em: <<http://www.er.uqam.ca/nobel/r24136/pdf/extraitmemoriel.pdf>>. Acesso em: 18.set.2014.
- ROMÃO, Lucília Maria Souza; SCHERER, Amanda. A língua na economia da luz como espaço para reflexão sobre o que somos. **Letras**, v. 23, n. 46, Santa Maria/RS, jan.-jun.2013, p. 339-354.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Traduzido por André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SCHERER, Amanda E.; ROMÃO, Lucília M. S. A língua na economia da luz como espaço de reflexão sobre o que somos. **Letras**, v. 23, n. 46, Santa Maria/RS, jan.-jun.2013, p. 339-354.
- TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 2004.

Data de Recebimento: 03/02/2015

Data de Aprovação: 10/05/2015

Para citar essa obra:

CERVO, L. M. A língua, os museus e os espelhos. In: **RUA** [online]. nº. 21. Volume 2, p. 363 – 380. ISSN 1413-2109. Junho/2015. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: MUNDOLINGUA Disponível em: <http://www.mundolingua.org/galerie-photos/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS

UNICAMP/COGEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP – Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>